

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2026**

**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

**PROTOCOLO**

Gerência das Comissões  
Projeto de Lei Ordinária nº 5013/20226

DATA: 07/01/2026

HORA: 10h50min

Institui o Programa “Escola Sem Piolho” no âmbito do Município de Porto Velho, voltado à prevenção, orientação, detecção e encaminhamento de casos de pediculose (piolhos e lêndeas) na rede municipal de ensino, e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando das atribuições que lhe é conferida no inciso IV, do artigo 87, da **LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**.

**FAÇO SABER** que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou e eu sanciono a seguinte **LEI**:

**Art. 1º** Fica instituído o Programa Municipal de Gestão Participativa da Iluminação Pública — “Poste Inteligente”, cujo objetivo é permitir que cidadãos possam, por meio de leitura de QR Code fixado em postes de iluminação pública, registrar ocorrências (lâmpada apagada, luminária danificada, fiação exposta, entre outras) e acompanhar a solicitação até sua resolução pela Secretaria competente.

**Art. 2º** São objetivos do Programa:

- I – reduzir a incidência e a infestação por pediculose no ambiente escolar;
- II – promover educação em saúde e boas práticas de higiene e cuidado pessoal;
- III – orientar pais e responsáveis sobre prevenção, identificação, tratamento adequado e medidas domiciliares;
- IV – evitar constrangimento, discriminação e bullying, garantindo sigilo e acolhimento;
- V – fortalecer a atuação integrada entre SEMED e SEMUSA, preferencialmente no âmbito de ações intersetoriais como saúde escolar.

**Art. 3º** O Programa será executado mediante, no mínimo, as seguintes ações:

- I – campanhas educativas semestrais (ou, no mínimo, anuais), com materiais informativos sobre transmissão, prevenção e cuidados;

II – orientação para evitar compartilhamento de objetos pessoais (pentes, escovas, bonés, presilhas, toalhas) e incentivo ao uso de pente fino como medida de controle;

III – ações de sensibilização com professores, equipes gestoras e famílias para comunicação rápida de casos e interrupção do ciclo de transmissão;

IV – realização de triagem/observação orientativa (sem caráter de diagnóstico médico), quando tecnicamente viável e mediante protocolo definido em regulamento, pela equipe escolar em articulação com a saúde;

V – encaminhamento do estudante e orientação à família para atendimento na rede de saúde quando necessário, inclusive para avaliação profissional e indicação de tratamento.

**Art. 4º** As ações do Programa poderão incluir a distribuição de kits educativos e de higiene, conforme disponibilidade orçamentária e critérios definidos em regulamento, podendo conter, entre outros itens:

I – pente fino;

II – cartilha/folheto explicativo;

III – orientações padronizadas para responsáveis;

IV – outros itens não medicamentosos, definidos pela autoridade competente.

**Art. 5º** A participação do estudante em ações do Programa observará:

I – sigilo e privacidade das informações;

II – comunicação reservada e individualizada aos pais ou responsáveis;

III – vedação de práticas que exponham o aluno ao ridículo, constrangimento ou rotulação;

IV – prioridade ao caráter educativo e de saúde pública, com acolhimento.

**Art. 6º** O Poder Executivo poderá firmar parcerias e cooperação técnica para execução do Programa com:


I – órgãos estaduais e federais;

II – instituições de ensino superior;

III – conselhos profissionais;

IV – entidades do terceiro setor;

V – iniciativa privada, observada a legislação aplicável.

 gabinetevereadormarcoscombate@gmail.com



**R. Belém, 139 – Embratel,**  
**Porto Velho – RO, 78905-210**



**Gabinete Online**  
(69) **99282-8699**



Siga nossas redes sociais  
**@marcosfcombate**

**Art. 7º** A SEMED, em articulação com a SEMUSA, poderá elaborar relatório anual consolidado das ações realizadas, com dados agregados (sem identificação nominal), contendo:

I – número de ações e escolas atendidas;

II – materiais distribuídos e atividades executadas;

III – recomendações de aprimoramento.

**Art. 8º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, estabelecendo protocolos, fluxos de encaminhamento e materiais padronizados, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

**Art. 9º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 10** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de Janeiro de 2026.

---

**MARCOS COMBATE**

Vereador Independente - CMPV/RO

## JUSTIFICATIVA

A pediculose é frequente em idade escolar e favorece infestações quando não há orientação e ação coordenada. Diretrizes educativas simples, como evitar compartilhamento de objetos pessoais, uso do pente fino, prender cabelos compridos e comunicar a escola ajudam a interromper o ciclo de transmissão.

Há leis e projetos municipais no país com enfoque semelhante, prevendo campanhas e ações periódicas, inclusive com possibilidade de parcerias e atividades mensais. Além disso, modelos legislativos destacam a necessidade de prevenir constrangimento e bullying, inclusive quando houver entrega de kits, para não expor estudantes.

No Município de Porto Velho, já se observa a adoção do formato “programa de prevenção e manejo em ambiente escolar” em outras pautas de saúde, demonstrando a viabilidade administrativa e legislativa da proposta.

Diante disso, o presente Projeto institui o Programa Escola Sem Piolho, integrando educação e saúde, com ações permanentes e abordagem humanizada, visando reduzir afastamentos, desconforto, impactos no rendimento escolar e a recorrência do problema.



Assinado por **Antônio Marcos Mourão Figueiredo - Marcos Combate** - Vereador - Em: 06/01/2026, 14:14:44